

PARECER TÉCNICO
(Divergência de Crédito)

Objeto: Recuperação Judicial de INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S.A.
Processo nº 428622-83.2012.8.09.0064

Parecer nº: 10-2013

Credor postulante: BANCO BRADESCO S/A, BRADESCO LEASING S/A –
ARRENDAMENTO MERCANTIL E BANCO BANKPAR S/A

Tipo: Divergência de crédito

1. Informações preliminares

A empresa recuperanda listou a instituição financeira impugnante BANCO BRADESCO S/A como credora da quantia de R\$ 1.676.635,86, na classe II (garantia real) e BANCO BANKPAR S/A, pela quantia de R\$ 12.694,32, na classe III (quirografária).

A 1ª relação de credores (art. 58, §1º, II da Lei 11.101/2005) foi publicada em 23/01/2013, no DJE-TJGO nº 1.229.

Os credores postulantes apresentaram, tempestivamente, divergência perante este Administrador Judicial, alegando, em resumo, equívoco na titularização de parte do crédito, equívoco quanto ao valor, bem como que seu crédito não se sujeita em parte à recuperação judicial da devedora.

Acostaram ao seu pedido cópias das CCB's e contratos em que fundam sua pretensão creditória e demonstrativos de evolução do débito.

2. Fundamentação Técnica

Registre-se, em proêmio, que a presente impugnação está sendo conhecida somente com relação a BANCO BANKPAR S/A, eis que com relação às demais instituições financeiras, há irregularidade manifesta na procuração.

A Dra. Amanda Cassino Ribeiro, que firmou o instrumento de substabelecimento outorgado à patrona que firma a instituição, conquanto investida de poderes por todas as impugnantes, transferiu poderes que lhe foram outorgados exclusivamente por BANCO BANKPAR S/A.

Nada obstante, como foi dado a essa Administração Judicial conhecer de documentos bancários, não pode se olvidar de analisar, de ofício, os créditos a ele relativos, sob pena de omissão no seu dever legal.

Feito o registro, passa-se ao exame da documentação.

A impugnante BANCO BANKPAR S/A não apresenta qualquer elemento hábil a demonstrar o valor do crédito que pretende ver retificado, limitando-se a apontar o valor do saldo consolidado que entende devido, razão pela qual está sendo mantido o valor declarado pela recuperanda, eis que, até tal montante, incontroverso.

A impugnante BRADESCO LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL demonstra que parte do crédito relacionado como sendo da impugnante BANCO BRADESCO S/A são de sua titularidade.

As operações instrumentalizadas através dos contratos de n. 001315399-0 e 001308807-0, colacionados à impugnação tratam-se de operações de *leasing* e, como tal, não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial da devedora, por força do disposto no artigo 49, § 3º, da Lei n. 11.101/05.

Por fim, a impugnante BANCO BRADESCO S/A comprova haver celebrado 03 (três) operações de com a recuperanda, instrumentalizadas através das cédulas de crédito bancário de n. 6004760, 0811080 e 0811064.

As operações instrumentalizadas através das CCB's de n. 0811080 e 0811064 estão garantidas por alienação fiduciárias de veículos, regularmente constituída, cujos valores suplantam o débito.

Pela aplicação do disposto no artigo 49, § 3º da Lei n. 11.101/05, ditas operações também não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial da devedora.

No que tange à CCB n. n. 6004760, a credora não comprova a regular constituição da propriedade fiduciária sobre os bens descritos nos contratos. Essa situação, salvo melhor juízo, impede a exclusão de tal parcela do crédito dos efeitos da recuperação judicial.

Quanto À determinação do montante do crédito sujeito à recuperação judicial da devedora, é de se notar que a instituição financeira credora não discrimina qual é o valor do crédito de cada uma das operações, apresentando tão somente valores em bloco.

Diante disso, apurou-se, a partir dos registros contábeis da recuperanda, que o saldo devedor relativo a tal operação é de R\$ 464.495,20, valor este que deve permanecer sujeito à sua recuperação judicial, devendo, entretanto, ser reclassificado para a classe III.



Resultado do Parecer

Em vista dessas considerações, rejeita-se a divergência apresentada por BANCO BANKPAR S/A.

Por outro lado, de ofício, reconhece-se que as operações celebradas com BRADESCO LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL, através dos contratos de n. 001315399-0 e 001308807-0, bem como as operações celebradas por BANCO BRADESCO S/A, através das CCB's 0811080 e 0811064, não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial da devedora.

Por fim, reconhece-se, também, de ofício, que a importância de R\$ 464.495,20 (BANCO BRADESCO S/A) sujeita-se à recuperação judicial da devedora, sendo reclassificada para a classe III (quirografária).

Goiânia, 07 de março de 2013.



Adm. Leonardo De Paternostro
CRA/GO 9273
Perito Administrador
ADMINISTRADOR JUDICIAL